

*PROJETO DE LEI N.º 2.749, DE 2023

(Do Sr. Florentino Neto)

URGÊNCIA – ART. 155 RICD

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que institui o Código de Processo Civil, para garantir a prioridade de tramitação dos processos que configure como parte ou interessada pessoa com deficiência – programa PRIORIDADE EFICIENTE E INCLUSIVA e dá outras providências.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD)

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput – RICD

(*) Atualizado em 11/10/2023 em virtude de alteração do regime de tramitação.

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. FLORENTINO NETO)

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que institui o Código de Processo Civil, para garantir a prioridade de tramitação dos processos que configure como parte ou interessada pessoa com deficiência – programa PRIORIDADE EFICIENTE E INCLUSIVA e dá outras providências.

O Congresso Nacional Decreta:

Art.1º Esta lei altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – que institui o **Código de Processo Civil**, para garantir a prioridade de tramitação dos processos que configure como parte ou interessada pessoa com deficiência, conhecida como programa PRIORIDADE EFICIENTE E INCLUSIVA.

Art.2º O art. 1.048 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.048. Terão prioridade de tramitação, em qualquer juízo ou tribunal, os procedimentos judiciais:

.....

V – que configure como parte ou interessado, inclusive em **todos os atos e diligências**, a pessoa com deficiência regulamentada pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015." (NR)

Art. 3º Para o exercício do direito do disposto nesta Lei será considerada pessoa com deficiência aquelas elencadas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 2015, e aquelas que apresentam quadro de natureza grave ou gravíssima, portadoras de Síndrome de Down, portador do Transtorno do Espectro do Autismo





severo, ou portador de doença rara crônica e degenerativa devidamente comprovada pelas autoridades responsáveis.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição altera o Código de Processo Civil, para incluir o direito a tramitação processual prioritárias nos procedimentos judiciais em que for parte ou interessada, abrangendo os atos e diligências, a pessoa com deficiência, na forma do previsto na Lei nº13.105, de 16 de março de 2015, e pela Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, art. 2º, parágrafo único; pela Lei 10.048, de 8 de novembro de 2000, no art. 1º; e também pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, art. 9º, VII, a saber:

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às **pessoas portadoras de deficiência** o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta Lei, **tratamento prioritário** e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

Lei 10.048, de 8 de novembro de 2000

Art. 1º As pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei.





Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015

Art. 9° A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de:

VII - tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.

Nos termos das Leis Federais nº 7.853/89 e nº 10.048/00, a Administração Pública Federal — incluindo os tribunais — deverá conferir tratamento prioritário aos assuntos relativos às pessoas com deficiência, além de atendimento preferencial e apropriado para que lhes seja garantido o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais. Há, no entanto, discussão doutrinária acerca do alcance desta norma. Enquanto alguns acreditam que há prioridade irrestrita, bastando que o requerente seja pessoa com deficiência, outros acreditam que a prioridade se restringe apenas àquelas matérias relacionadas à própria deficiência.

O Supremo Tribunal de Justiça (STJ) baixou a Resolução nº 2/2005, estabelecendo que a prioridade de julgamento seria dada apenas aos processos em que, além de uma parte interessada ter de possuir uma deficiência, a matéria discutida tivesse relação com a deficiência havida, a saber:

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PRESIDÊNCIA

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 25 DE JANEIRO DE 2005

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo Regimento Interno, art. 21, XX, considerando o disposto na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e nos Decretos nºs 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e 5.296, de 2 de dezembro de 2004, resolve:

Art. 1º O Superior Tribunal de Justiça conferirá prioridade no julgamento dos processos cuja parte seja pessoa portadora de deficiência, desde que a causa em juízo tenha vínculo com a própria deficiência, conforme o disposto no art. 9º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

Art. 2º A parte ou interveniente interessado na obtenção do julgamento prioritário, fazendo prova de sua condição mediante atestado médico, requererá o benefício diretamente ao Gabinete do Ministro Relator.





Apresentação: 23/05/2023 16:16:05.310 - MESA

Parágrafo único. O atestado médico referido no caput deste artigo deverá indicar a deficiência, conforme critérios descritos no art. 4º do Decreto nº 3.298/99, combinado com o art. 5º do Decreto nº 5.296/2004.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter obstruída sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas (art. 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência – LBI). O conceito está expresso no art. 1º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovado pela Assembléia Geral da ONU, em 2006.

Ministro EDSON VIDIGAL

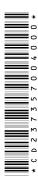
A iniciativa tem como precípua finalidade assegurar prioridade aos processos em que figure como parte ou interessada pessoa com deficiência, em estrita observância ao art. 9°, inc. VII, da Lei n. 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), **independentemente da matéria está relacionada à própria deficiência.**

O referido dispositivo preleciona que a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário durante a tramitação de processos judiciais e em processos administrativos em que for parte ou interessada, inclusive em todos os atos e diligências.

O tema é de extrema importância e enseja um olhar mais atento de todos, sobretudo diante do importante papel exercido pelo Poder Judiciário na concretização das medidas de integração e inclusão das pessoas com deficiência, razão pela qual se torna imprescindível a adoção de mecanismo eficaz que assegure a agilidade processual estabelecida por lei.

A necessidade de uniformizar o direito das pessoas com deficiência em todos o país, apresentamos este projeto de lei, cujo objetivo é garantir a prioridade do atendimento nos processos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, inclusive em todos os atos e diligências de pessoas com deficiência.

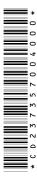




Trata-se, portanto, de uma lacuna que deve ser suprida, sendo está uma medida necessária ao aprimoramento da legislação, trazendo as pessoas com deficiência, síndrome de down, autistas ou portador de doença rara crônica e degenerativa, mais dignidade-inclusão ao tratar dos seus direitos dentre eles o acesso à justiça, razão pela qual conto com o apoio dos llustres pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado FLORENTINO NETO







CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015 Art. 1048	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201503-16;13105
LEI № 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201507-06;13146

FIM DO DOCUMENTO